

Concepções de discurso político: caminhos para uma discussão teórica

Concepts of political discourse: ways to a theoretical discussion

Amanda Canterle BOCHETT*

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Erick Kader CALLEGARO**

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Jéssica Cantele de FREITAS***

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Sara Regina Scotta CABRAL****

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

RESUMO: O discurso político representa uma seara de textos, oficiais ou não, produzidos por agentes reconhecidos e legitimados em uma sociedade. A par de muitas discussões sobre a definição de discurso político, entendemos que tal tema merece mais detalhamento, uma vez que as esferas sociais em que ele circula são variadas, o que gera práticas discursivas distintas. Dessa forma, este estudo visa a promover uma discussão sobre concepções de discurso político e apresentar uma ampliação de conceitos para auxiliar futuras investigações. O procedimento metodológico inicial consistiu em fazer uma revisão na bibliografia a partir Aristóteles (2000 [1140], 2002 [1252], 2005 [1354]), passando pela Análise Crítica do Discurso (FAIRCLOUGH, 2003; BAYLEY, 2008; FAIRCLOUGH e FAIRCLOUGH, 2012), pela Abordagem Histórico-Discursiva (WODAK, 2008, 2009, 2012) e buscando em Halliday e Matthiessen (2004, 2014) e Matthiessen (2013, 2015) a noção de registro, para sustentar a análise linguística em cada contexto. Como resultado, propomos uma tripartição discursiva - discurso político, discurso do político e discurso sobre política -, a qual está acompanhada de uma topologia orientadora para o exame das práticas discursivas nessa área.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso político. Linguística Sistêmico-Funcional. Análise Crítica do Discurso. Registro. Variação.

ABSTRACT: Political discourse is comprised of a myriad of texts, official or not, produced by recognizable and legitimated agents in a society. In parallel with many discussions upon a definition of political discourse, we see the necessity of deepening such matter, once the social spheres where it circulates are varied, producing different discursive practices. Thus, this study aims to promote a discussion upon concepts of political discourse as well as to present a broadening of concepts in order to support future investigations. To do such, our initial methodological procedure consisted in a bibliographical review from Aristotle (2000 [1140]), 2002 [1252], 2005 [1354]), as well as in Critical Discourse Analysis (FAIRCLOUGH, 2003; BAYLEY, 2008; FAIRCLOUGH e FAIRCLOUGH, 2012), in Discourse-Historical Approach (WODAK, 2008, 2009, 2012) and in Halliday and Matthiessen (2004, 2014) and in Matthiessen (2013, 2015) the notion of register to support the linguistic analysis in each context. As a result, we propose a discursive tripartition – political discourse, politician discourse and discourse upon politics – to which is accompanied by a network of topological systems towards the analysis of discursive practices at the political area.

KEYWORDS: Political discourse. Systemic Functional Linguistics. Critical Discourse Analysis. Register. Variation.

* Doutoranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). amandacanterle@yahoo.com.br

** Doutorando em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). erickcallegaro@gmail.com

*** Mestranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). jeh.cantele@hotmail.com

**** Professora no Departamento de Letras Vernáculas e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). sara.scotta.cabral@gmail.com

Introdução

Política, na concepção aristotélica (2002 [1252]), é a ação que tem por objeto a felicidade coletiva da *pólis*. Neste trabalho, concebemos ação como discurso e como tomada de decisão. Uma vez que toda atividade humana é precedida necessariamente por um discurso, partimos do pressuposto de que o discurso político é constituído fundamentalmente pela argumentação. Argumentação aqui também é concebida aristotelicamente, ou seja, aquela que visa não apenas a convencer, mas principalmente a persuadir. Porque a constituição da política se dá por meio da linguagem, as manifestações linguísticas sobre tal tema apresentam características próprias segundo os participantes, seus interesses, *status* e *locus* de manifestação.

Para Fairclough (2003), a linguagem é ao mesmo tempo reproduzida e transformada pela prática social em andamento. A ação que ocorre constitui inicialmente uma forma de discurso, uma vez que as pessoas agem sobre o mundo e o representam. Desse modo, estabelece-se uma relação em que a estrutura que propicia a prática social dá ao mesmo tempo condições e efeitos para a sua realização.

Assim, torna-se relevante estudar os aspectos referentes ao discurso político como um fenômeno central. O objetivo deste artigo é promover uma discussão sobre concepções de discurso político e apresentar uma ampliação de conceitos, o que pode auxiliar as investigações em discursos dessa área, já que diferentes contextos de pronunciamentos provocam construções discursivas diversas. No Brasil, na perspectiva da Análise Crítica do Discurso conjugada com a Linguística Sistêmico-Funcional, citamos o a pesquisa pioneira de DeSouza (2011, 2015), que analisou o discurso político epistolar de Padre Cícero, valendo-se dos pressupostos teóricos da Gramática Sistêmico-Funcional (GSF) e da Análise Crítica do Discurso (ACD).

Também em uma abordagem sistêmico-funcional, foram desenvolvidos alguns trabalhos, dentre os quais citamos Bochetti (2015), que investigou recursos de modalidade em discursos proferidos em Audiências Públicas sobre o meio ambiente, Callegaro (2015), que pesquisou o marcador de negação “não” em discursos do ex-Presidente Luís Inácio Lula da Silva, e Nunes (2014), que se preocupou com o discurso midiático sobre política, abordando editoriais do jornal Estado de São Paulo a fim de verificar as avaliações do veículo sobre o desempenho da Presidente do Brasil. Também podemos apontar a pesquisa de Rodrigues (2013), que investigou, sob a ótica do

Sistema de Avaliatividade (MARTIN; WHITE, 2005), colunas de opinião de Eliane Cantanhêde publicadas no jornal O Estado de São Paulo, e Freitas (2016), que atualmente pesquisa os votos da Câmara de Deputados cujo tema foi o impeachment da ex-Presidente Dilma Rousseff.

A partir das produções encontradas até então, desenvolvemos uma proposta de pesquisa orientada à articulação de conceitos teóricos sobre discurso político e seus diferentes e possíveis matizes. Para atingirmos este fim, realizamos uma pesquisa bibliográfica que parte das concepções de Aristóteles, aponta autores mais recentes da área de Análise Crítica do Discurso - ACD (FAIRCLOUGH, 1995, 2003; FAIRCLOUGH e FAIRCLOUGH, 2012; BAYLEY, 2008) e também WODAK (2008, 2009, 2012), além de se valer do conceito de registro (HALLIDAY, 1989, 1994; HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, 2014) para analisar as práticas discursivas no campo da política.

Os resultados que apresentamos ao final do artigo expõem três diferentes, mas não excludentes, concepções de discurso político, o que pode ampliar o escopo das pesquisas quando se trabalha com textos oficiais, institucionais e midiáticos que envolvam o tema “política”. Nessa esteira, elaboramos um quadro topológico em que as três concepções possam se aninhar juntamente com os textos produzidos na seara em questão.

Este artigo apresenta, além de introdução e considerações finais, a concepção aristotélica de discurso político, seguida dos pressupostos da Análise Crítica do Discurso. Na sequência, apresentamos a abordagem histórico-discursiva e também considerações sobre a difusão de opiniões na esfera midiática, além da concepção de registro na Linguística Sistêmico-Funcional. Por fim, sugerimos uma orientação conceitual para os estudos do discurso político, apresentando uma proposta de tripartição dos discursos nessa área, juntamente com uma topologia que poderá auxiliar as investigações sobre o dizer político.

1. A “Pólis” em três aspectos do discurso

1.1 A sabedoria prática por meio da retórica

Na obra *Ética a Nicômaco*, Aristóteles (2000 [1140]) demonstra a finalidade da política: a busca pelo bem ou pelo “sumo bem”, que não constitui uma idealização retórica em si, dissociada da vida prática de uma coletividade. Para ele, a única ciência capaz de levar uma sociedade a buscar o bem e ser feliz é a Política. O bem agir social e o político, para Aristóteles (2005 [1354]), sempre foram conceitos de eudaimonia, uma reflexão que dominava a arte dos discursos deliberativos, pois para o autor a retórica sempre esteve ligada à ética e à política. A retórica teve seu ponto principal de desenvolvimento como ciência política em Atenas, época em que Aristóteles vivenciou grandes agitações sociais e conseqüentemente transformações, na qual o ceticismo tornava-se central, e a ideia de individualismo enfraquecia o espírito coletivo dos cidadãos, tornando-os menos confiantes no campo discursivo das negociações comerciais.

Diante desse cenário, a retórica de Aristóteles como o desenvolvimento de uma ciência política e ética teve um grande papel ao contribuir com o exercício democrático, por se tratar de um saber útil e uma arte importante para o progresso da vida social e política. O discurso político nessa época tinha como objetivo as boas relações sociais para a contribuição no desenvolvimento dos negócios, criação de espírito que levasse à coletividade. A principal tarefa da retórica na política era a de saber discernir as possibilidades de persuasão em cada situação distinta. Com isso, a retórica teria grandes contribuições para os discursos deliberativos, que eram os discursos políticos da época, ao instruir o cidadão a fazer o uso da palavra com o intuito de persuasão em diferentes ambientes sociais e não apenas um especificamente (ARISTÓTELES, 2005 [1354]).

No Brasil, estudiosos como Chauí (2002) destacaram na teoria aristotélica a importância da retórica para a vida política, para os processos deliberativos institucionalizados como Audiências Públicas, Assembleias Legislativas, entre outros. Neste contexto, a autora reforça ainda a ideia de que “Aristóteles critica duplamente seus predecessores: uns, por terem identificado a arte com a própria atividade persuasiva; outros, por terem reduzido os procedimentos retóricos aos litígios judiciais [...]” (CHAUÍ, 2002, p. 480).

As teorias já demonstravam a tendência de desenvolvimento de um meio social em que o discurso político tivesse como objetivo as práticas, as boas ações em sociedade. Isto pode ser visto nas afirmações de Aristóteles (2005 [1354]), ao

caracterizar a ciência política como uma sabedoria prática, que se desenvolve de acordo com experiências sociais existentes e definidas culturalmente em cada sociedade. A sabedoria prática é vista como parte do desenvolvimento e aprendizado da retórica, ou seja, o amadurecimento social se dará a partir da construção de uma boa retórica e de boas relações. As deliberações, sejam elas institucionalizadas ou não, demandam da construção de discursos políticos que se desencadeiam principalmente pelo saber prático; esses podem, ou não, ser previsíveis e claramente enunciados (ARISTÓTELES, 2000 [1140]). Por muitas vezes os discursos políticos na utilização da retórica de persuasão explicitam características de opiniões e conflitos na ideia do enunciador. Dessa forma, este desenvolvimento pode ser visto na afirmação de Aristóteles, quando “[C] constata-se, frequentemente, que a palavra política não pode ser abandonada a si mesma”, pois dela depende o desenvolvimento e amadurecimento social que pode ser caracterizado e efetuado pelas práticas que as deliberações demandam.

Em tese, para Aristóteles (2000 [1140]), a construção da ciência política e sua relação na elaboração dos discursos políticos se dá pelas noções de sabedoria prática e realização de boas ações sociais. A construção política do autor se define na afirmação de que “[S]e é muito agradável mandar, não o é menos ter fama de sensato, porque o bom senso confere aptidão para o governo” (ARISTÓTELES, 2000, [1140], p. 27). Na retórica aristotélica, a importância de cada discurso está na capacidade de persuasão sobre o público ouvinte, originada da formulação de um possível juízo na situação em curso.

Na seção a seguir, apresentamos alguns pressupostos da Análise Crítica do Discurso.

1.2. A perspectiva da Análise Crítica do Discurso

A política em si envolve muitas ações, pensamentos de planejamento e comportamentos que são típicos da área, servindo para consolidar anseios e realizações que dizem respeito à gestão pública. Esses aspectos merecem a devida atenção para que as pessoas possam compreender as atividades dos governantes que estão no poder, de acordo com seus discursos proferidos.

Chilton (2004) resgata em Aristóteles e Maquiavel dois conceitos de *política* e os resume sucintamente: de um lado, *política* é vista como cooperação, na forma de práticas e instituições que a sociedade possui para a resolução de conflitos e interesses

em relação a dinheiro, liberdade e influências; de outro, *política* é luta entre aqueles que almejam manter-se no poder e aqueles que desejam resistir à forma vigente de exercício do poder (aos que mantêm uma forma específica de governar e como governam).

Além de ações, a política se realiza no discurso político que, de acordo com Fairclough e Fairclough (2012), pode ser entendido como uma forma de argumentação com fundamentação da atividade prática. Sabe-se que a esfera política visa à manutenção da sociedade e à tomada de decisões. Dessa forma, o discurso político, de acordo com o autor, tem como base a prática, que se configura em como os agentes fornecem razões para que a ação leve à decisão esperada pela sociedade. Se o discurso político apresenta-se na condição de ação, a premissa para a elaboração do discurso do político, em primeira instância, é o modo como o político conduz as discussões para a ação. Porém, o que se espera do discurso do político, da mesma forma que ocorre com o discurso político, é que sua motivação se dê em uma esfera de atividade política e social e que apresente alternativas e/ou resoluções para discussão. O ator político tem noção de poder das palavras e da forma como usá-las para atingir o objetivo que deseja. Todo discurso pode ser a *priori* político, e para isso Thompson (1998, p. 71) afirma que o tal discurso "torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que vive", seja pelas relações estabelecidas por meio do discurso, seja pela forma com que são tratadas as ações que derivam dele.

As atividades sociais motivam as pessoas a agirem de forma particular. Normalmente o que leva o político à elaboração de um discurso é uma crise, um conflito, ou até mesmo um colapso. Esses fatos poderão motivar a forma com que o político conduzirá o possível reestabelecimento social, inicialmente por meio de seu discurso, ao buscar persuadir seu público-alvo. De acordo com Fairclough e Fairclough (2012, p. 3), a "argumentação prática alimenta as decisões das pessoas sobre como agir"¹, ou seja, o político, como dar à população uma resposta ou solução prática.

Nesse sentido, o político pode vir a formular seu discurso para angariar votos futuros e manter seu *status* político. Isso é o que se espera, mas não se pode afirmar que é o que de fato acontece. A elaboração do discurso do político pode ser representada nas palavras de Fairclough e Fairclough (2012, p. 11), ao afirmar que a política é

¹ "...practical argumentation feeds into people's decisions about how to act".

“fundamentalmente sobre como fazer escolhas sobre como agir em resposta a circunstâncias e eventos”². Isto é, o discurso do político será elaborado com escolhas e ações que se esperam em relação às circunstâncias. A reprodução e insatisfação das situações sociais muitas vezes geram para o político um poder de contestar por meio de seu discurso, buscando ao mesmo tempo soluções viáveis aos problemas vigentes, em contextos institucionais específicos. Consoante Fairclough e Fairclough (2012, p. 18), “fora de contextos políticos, o discurso de políticos ou de quaisquer outros atores políticos, não é político”, ou seja, para que o discurso do político seja considerado em poder e instância política, deve ocorrer em instituições contextualizadas com sua prática, caso contrário, de acordo com os autores, não pode ser considerado político.

A compreensão da natureza do discurso do político é importante para que a sociedade possa agir criticamente ao tomar posição em relação a um fato ou circunstância, tente entender que os discursos, assim como são permeados de saberes e verdades, são também permeados de persuasão, são elaborados nos momentos em que o político busca soluções, mas também busca manter sua postura e uma conduta aceitável e digna de reeleição, por exemplo. Uma das finalidades do discurso do político é convencer/persuadir o público/sociedade de que determinado curso da ação é mais correto/adequado que o outro. Lembrando Aristóteles (2005 [1354]), o homem é, por excelência, um “animal político”; dessa forma entra em questão o discurso do político como discurso deliberativo, aquele que decide o que fazer e/ou escolher e evitar.

A deliberação, entendida como tomada de decisões para a ação, pode ser vista, conforme Fairclough e Fairclough (2012, p. 19), pela forma com que políticos expressem a deliberação, e não pelos fins, “mas sobre o que promove os fins”, isto é, a deliberação discute as ações que podem promover fins e incide sobre elas. O que está vigente é a sua posição, seu poder de persuasão que deve demonstrar firmeza e criar uma esfera de confiança, sem a qual seria difícil convencer a sociedade de algo. Para o político elaborar um discurso, concorre a noção de aristotélica de *ethos*, ou seja, a sua constituição se dará a partir de valores instituídos e crenças que carrega, e que embasarão suas possíveis ações para a deliberação, uma vez que este procura criar uma esfera de confiança e competência.

² “...politics is most fundamentally about making choices about how to act in response to circumstances and events...”

Esta ideia contempla a perspectiva funcional da linguagem à qual se refere Fairclough (2003), ao caracterizar o discurso como atividade reflexiva, que conduz à reprodução e reafirmação de relações sociais existentes. Além de ser e instituir o *ethos* de cada político, poderá por consequência e objetivo, transformar sistemas de crenças e valores em sociedade. Aristóteles (2005 [1354]) considerava o *ethos* a prova do discurso mais importante, visto que o orador, no caso o político, deveria garantir por meio de suas “virtudes morais” a credibilidade em sociedade. Nesse cenário, a carga que um discurso do político carrega pode ser imensa, uma vez que mexe com as perspectivas e soluções esperadas pela população.

A importância da linguagem na elaboração do discurso do político dá-se principalmente como mediadora entre as instâncias governamentais de poder e a população em geral, ou seja, é por meio do discurso que se pode assegurar garantias de decisões/deliberações que assumam o discurso como prático e levem à efetiva ação. De acordo com pesquisa realizada por Bochet (2015), o político elabora estratégias que resultam em um grau baixo de comprometimento em seus discursos. Visa à realização de ações, mas por outras pessoas, sem que o comprometa caso não sejam executadas. Assim, pode ser reforçada a ideia de que não há ação sem discussão, pois a linguagem, nos discursos e discussões, impulsiona a ação, e é o que move o meio político.

O discurso do político difere de discurso político ou sobre política uma vez que não é possível que o político se esconda por trás de seu pronunciamento, se ele demanda ação. Todas as estratégias discursivas elaboradas em um discurso, seja ele político, do político ou sobre política, visam à percepção da opinião pública e suas possíveis reações, sendo eles formas de persuasão por meio de agentes, às vezes diferentes, nem sempre diretamente do meio político, mas com expectativas, objetivos e interesses individuais ou coletivos. Esses discursos atravessam as relações de poder e individualidades, pois, como Aristóteles já afirmou em sua obra (2005 [1354]), a moral do cidadão tem sua formação na interação com o individual e o coletivo, fruto de uma dinâmica social em que o hábito vem a ser o exercício de consolidação ao adquirir virtudes.

Na seção 1.3 apresentamos alguns desenvolvimentos sobre a abordagem histórico-discursiva de análise do discurso político.

1.3. A abordagem histórico-discursiva

Sendo o *discurso* um tipo particular de prática social capaz de construir significados, por conseguinte, textos específicos de contextos e cenários, *discurso político* para a abordagem histórico-discursiva (AHD) é invocado em situações nas quais agentes políticos, isto é, indivíduos reconhecida e legitimamente integrantes do sistema político de alguma sociedade, discursam, discutem, debatem e/ou deliberam sobre assuntos de natureza política e social de um espaço sociogeográfico específico e em diferentes dimensões (local, estadual, nacional e/ou internacional).

A partir de Aristóteles e do pensamento de Maquiavel (2004 [1532]) e Gramsci (1978 [1921–26]), Wodak (2009, 2012) também sugere um duplo conceito de política. Conforme apresentamos em seção anterior, política para o filósofo grego é a busca da melhor forma de governo para o bem-estar social da comunidade e suas formas de relação interpessoal. Já em Maquiavel e Gramsci, o propósito de existência da política é a busca por poder e sua manutenção, tanto por grupos que desejam se manter em posições dominantes, como por aqueles que desejam resistir à hegemonia de grupos opostos.

A AHD, de acordo com Wodak (2008), é originária da Análise Crítica do Discurso (ACD), abordagem crítica que concebe a linguagem como uma forma de prática social, associada a elementos histórico-contextuais específicos, reproduzindo ou contestando relações sociais, naturalizando proposições, cristalizando a assimetria de poder entre indivíduos e servindo a diferentes níveis de interesse institucionais (JANKS, 1997). Para desnaturalizar as relações assimétricas, a ACD invoca uma variedade de abordagens para a análise social do discurso, que difere em teoria, metodologia e tipo de pesquisa para qual eles tendem a dar proeminência (FAIRCLOUGH; WODAK, 1997). O objetivo final da ACD é o de “fazer visível a interconexão das coisas”, pois, ao falarmos de relações entre pessoas, a interconexão, muitas vezes não debatida devido ao pressuposto social de naturalização, as correntes de causa e efeito são distorcidas de nossa visão (FAIRCLOUGH, 1995).

Em busca dessa interconexão, uma das peculiaridades da AHD é a sua relação de interdependência com o discurso midiático. Para tanto, é necessário que apresentemos como a AHD conceitua *discurso*, *discurso político* e *gêneros* (do discurso), pois usa desses termos nas orientações metodológicas para com o estudo de

política pelas lentes de várias áreas de conhecimento, aliada ao campo de estudos linguísticos. Na AHD (WODAK, 2008, 2009, 2012), os *textos* que compõem a seara do *discurso político* não se limitam apenas àqueles produzidos em espaços e momentos oficiais do fazer político; comportam também situações nas quais agentes políticos discursam e/ou debatem nas diversas mídias (televisiva, virtual) sobre assuntos de natureza política do espaço sociogeográfico que governam e/ou desejam governar. A autora (2009) justifica uma maior abrangência dos *textos* integrantes do *discurso político*, ao indicar que o fazer político de um agente político pode ser dividido em performance, política de frente (*frontstage*) e política de bastidores (*backstage*). Performance, segundo Wodak (2009), assemelha-se ao conceito de *habitus* de Bourdieu (2009), entendido como um conjunto de estruturas sociais regulares, na forma de estratégias incorporadas no subconsciente, capaz de direcionar a percepção e ação de indivíduos.

A política de frente ocorre quando agentes políticos discursam, debatem, arguem e/ou deliberam sobre assuntos de natureza pública da política; é o fazer político destinado ao grande público: discursos oficiais, visitas de presidentes em eventos e/ou em outros países, discursos orais abertos à população, entre outros. Já a política de bastidores diz respeito à rotina de uma organização política, isto é, o dia a dia de agentes políticos, sua relação e posição dentro do local de trabalho e como este é organizado pelos próprios políticos. Enquanto menos acessível para análise do que a política de frente, a de bastidores é vista nas agendas oficiais de agendas políticos, em seus *blogs*, em filmes sobre a vida de agentes políticos passados, entre outros.

Wodak (2008, 2009, 2012) aponta que, nos exemplos de situações de uso de *discurso políticos* citados pela divisão entre performance, política de frente e política de bastidores, é possível traçar uma relação simbólica entre o *discurso político* e o *discurso midiático*. A autora afirma ainda que partidos políticos parecem se comportar como grandes empresas, usando o *discurso midiático* para expandir projetos de governo e, conseqüentemente, suas ideologias políticas. Partidos políticos investem na criação de *logos*, marcas, propagandas eleitorais, *jingles* e até mesmo disponibilizam em seus sites documentos importantes sobre as promessas políticas e fotos dos agentes políticos em visitas oficiais ou não.

Uma vez que o mundo da política e o mundo da mídia são constantemente interpenetrados um pelo outro, ambos criam laços de cooperação (interesses entre partidos políticos e corporações televisivas) e disputa (desalinhamento entre um canal de comunicação midiático e um agente político e/ou partido político). Essa relação entre tais mundos origina a apropriação de processos de produção de significados de um para outro (e vice-versa). Wodak (2009) busca em Weischenberg (1995) o modo como ocorre a apropriação destes processos semióticos: a comunicação da mídia segue a lógica da decisão e liderança da política, e os processos políticos seguem a lógica de seleção e construção das instituições midiáticas.

É importante ressaltar que há uma diferença entre o limite conceitual de *discurso político* discutido por Wodak (2008, 2009, 2012) e Fairclough e Fairclough (2012), diferença que possivelmente modifica a trajetória metodológica e a coleta de textos de natureza política quando desejamos explicar como o *discurso político* opera em sociedades. Na visão de *discurso político* de Fairclough e Fairclough (2012), o analista crítico do discurso delimita a seara desta particular maneira de movimentar a linguagem a sua característica pragmática, isto é, o *discurso político per se* ocorre somente em contextos oficiais do fazer político, pois da *palavra*, produzida pela *discussão e deliberação* entre agentes políticos oficiais (indivíduos que integram um sistema político de um espaço sociogeográfico particular, legitimamente votados e/ou indicados a ocupar cargos políticos), nasce a ação política, resultando, em um nível extralinguístico, novas leis e/ou normas que regem o comportamento de uma sociedade.

Uma vez que a atividade política necessita de proximidade com os cidadãos, é importante que se aborde, em 1.4, como os discursos circulam na sociedade carregados de argumentação.

1.4. A difusão de opiniões

Dentre os discursos que criticam ou elogiam posturas ou ações, tomamos por exemplo o discurso da mídia sobre política, no qual, segundo Bayley (2008), são (re)produzidos pronunciamentos de políticos, podendo defendê-los ou criticá-los, sendo reelaborados nos meios de comunicação em “jornais, na forma de reportagens e editoriais, e na televisão, nas transmissões de notícias, programas de atualidade e *talk shows*” (BAYLEY, 2008, p. 3). Desse modo, compreendemos que o que é expresso no

campo político pode ser reelaborado em outros discursos/textos, os quais são referentes às atividades dos meios de comunicação.

Além disso, a imprensa é compreendida, segundo Bayley (2008), como uma organização que tem por princípio informar o cidadão sobre as atividades das instituições, recontextualizar e traduzir a linguagem institucional para uma linguagem própria. Os meios de comunicação, segundo o autor, possuem caráter de autoridade, pois, além de informar o público, têm a capacidade de formar a opinião pública e definir a agenda política. A mídia tem relevante papel na sociedade, pois, por causa dela “os cidadãos podem obter novas perspectivas sobre os assuntos das instituições e construir seu próprio discurso em torno deles, no local de trabalho, em casa ou em locais de reuniões públicas, e este tipo de conversa faz parte da socialização política”³ (BAYLEY, 2008, p. 2)

Para o autor (2008), o desenvolvimento dos meios de comunicação ocorre por meio das novas tecnologias, evoluindo do rádio para a televisão e, agora, para a internet, de modo que o autor defende que essa expansão do alcance das informações torne a mídia uma arena para a atividade política que tem tanta importância quanto as instituições. A política, segundo Bayley (2008, p. 2), “é caracterizada por múltiplas camadas de discurso: o diálogo dentro e entre as instituições, o diálogo entre a mídia e as instituições, o diálogo entre a mídia e as partes, e do diálogo entre a mídia e os cidadãos”⁴, de maneira que o autor compreenda o discurso da mídia como um discurso político intermediário. Essa designação é atribuída pelo autor pelo fato de que o campo midiático é responsável por mediar informações entre os partidos políticos e entre as instituições e os cidadãos, adicionando, assim, uma outra camada de discurso para a ação política.

Fetzer e Lauerbach (2007) defendem, também, a importância da mídia em contextos políticos, pois consideram que “nas democracias de massa midiáticas, é para a maioria das pessoas a única maneira pela qual elas encontram política”⁵

³ “...citizens may gain new perspectives on the affairs of the institutions, and construct their own discourse around them, at the workplace, at home or at public meeting places, and this kind of talk is part of political socialization”

⁴ “...is characterised by multiple layers of discourse: dialogue in and between the institutions, dialogue between the media and the institutions, dialogue between the media and the parties, and dialogue between the media and the citizens”

⁵ “...in mediatized mass democracies, is for most people the only way in which they ever encounter politics.”

(FETZER; LAUERBACH, 2007, p. 3). As autoras consideram que o discurso político na mídia é um fenômeno de grande complexidade, pois pode ser um discurso institucional, que possui metas e procedimentos institucionais. Um discurso midiático é dirigido a um público de massa, e um discurso político mediado resulta do encontro de dois discursos institucionais diferentes: da política e dos meios de comunicação. As autoras o definem como

o discurso sobre a política e os políticos é um discurso jornalístico nos gêneros de reportagem, análise, comentário, etc., por palestrantes de programas de notícias, âncoras de revistas de notícias, especialistas de estúdio e correspondentes locais. Este discurso sobre política pode, e geralmente faz, incorporar outras vozes: ao citar as vozes de políticos e porta-vozes de diferentes partidos sobre uma questão, os jornalistas podem criar um debate que pode não ter ocorrido realmente desta forma. Ao entrevistar os próprios políticos, eles podem monitorar e observar criticamente o processo político em nome do público. Ao entrevistar ou citar especialistas externos sobre o assunto, eles fornecem explicações sobre o que significa no contexto mais amplo da sociedade. Ao perguntar às pessoas comuns sobre suas opiniões, eles demonstram como isso pode interessar ao homem ou à mulher na rua (FETZER; LAUERBACH, 2007, p. 15).

Nesse sentido, o discurso sobre política é uma categoria abrangente, na qual vários gêneros jornalísticos podem ser incorporados, alguns dirigidos à grande massa e sem expectativa de resposta imediata, e outros mais dialógicos, que provocam a interação com os interlocutores (FETZER; LAUERBACH, 2007). As autoras ainda definem a estrutura de participação do discurso político na mídia: é constituída por “representantes de uma instituição de mídia, de atores políticos como representantes da instituição política, de atores de outras instituições sociais, de leigos como representantes do mundo da vida cotidiana e do público”⁶ (FETZER; LAUERBACH, 2007, p. 16).

Uma importante característica do discurso da mídia, exposta pelas autoras, refere-se ao fato de que ele não é dirigido para um grupo de participantes presentes, e sim para um público de massa ausente, de forma que não há interação dialógica com o público, já que o discurso é apenas exibido para ele. Outra característica importante desse tipo de discurso, ainda segundo as autoras, é que seus produtores sabem que eles são direcionados a públicos que se dividem em interesses e afiliações políticas, de modo

⁶ “...representatives of a media institution, of political actors as representatives of the institution of politics, of actors from other social institutions, of lay people as representatives of the world of everyday life, and the audience, as representatives of the public.”

que, para atingir o propósito, os textos devem apresentar caráter persuasivo, o que vai ao encontro da concepção de retórica de Aristóteles apresentada no início deste artigo. Partindo do exposto, podemos compreender que o discurso da mídia sobre política possui grande importância no contexto social, no sentido de que possui capacidade de difundir opiniões em relação a acontecimentos políticos e aproxima o público das questões institucionais.

Como os discursos da área da política ocorrem principalmente em linguagem verbal, a seção a seguir ocupa-se de apresentar o conceito de registro segundo a abordagem sistêmico-funcional.

2. Discurso e registro

Governado de forma mais ou menos estável por convenções sociais, ou, como em Halliday e Matthiessen (2004; 2014), por um contexto de cultura e de situação, passível de uma análise macro ou micro, *discurso* produz *texto*, e este carregará, de alguma forma, as características de significados do outro (WODAK, 2008). Baseado no fenômeno de instanciação de Halliday e Matthiessen (2004, 2014), *discurso*, então, instancia-se na forma de *texto*, aqui percebido como um produto sociocultural advindo de um contexto de situação específico.

Podemos sintetizar a configuração do discurso sobre o político tomando por base as variáveis de registro da Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, 2014). Essas variáveis estão atreladas ao contexto de situação, que diz respeito ao ambiente imediato de produção do texto, sendo elas: campo (a atividade realizada pelos participantes), relações (os participantes da interação;) e modo (a função exercida pela linguagem na organização da mensagem). No que concerne à variável campo, o discurso sobre política é aquele produzido pela mídia, no qual ela retrata algum aspecto da esfera política. Essa abordagem pode se dar através de reprodução integral de pronunciamentos de políticos, ou através da exposição de fatos políticos reelaborados em diversos gêneros de acordo com o propósito do locutor. Assim, o discurso sobre política possui diversas finalidades: informar a população sobre fatos do âmbito político, expor perspectivas sobre situações ou acontecimentos políticos, ou formar opiniões com o uso da persuasão. Em síntese, o discurso da mídia

sobre política tem caráter de informador, difusor de posicionamentos e construtor de opiniões.

Quanto à variável relações, a função desse tipo de discurso é a da socialização política, assim, os participantes envolvidos são os políticos/instituições políticas, mídia e população em geral. As relações se dão da seguinte maneira: a mídia produz ou reproduz informações do meio político e transmite aos cidadãos, ressaltando, assim, seu caráter de mediadora. Esse tipo de relação é de extrema importância, pois, muitas vezes, a maioria da população só tem acesso à política através dos meios de comunicação, mantendo-se informada e construindo seu posicionamento com base naquilo que é exposto pela mídia.

Por fim, em relação à variável modo, o discurso sobre a política ocorre através dos diversos gêneros jornalísticos, socialmente conhecidos como: notícias, artigos de opinião, entrevistas, reportagens, editoriais, entre outros. A difusão desse tipo de discurso pode se dar através dos variados meios de comunicação existentes: impressos, radiofônicos, televisivos ou virtuais. Além disso, esse tipo de discurso pode ser mais orientado, quando apenas se dirige ao público sem exigir resposta imediata, ou mais dialógico, quando há interação simultânea entre os participantes do discurso e os interlocutores.

Ao concordarmos com Fetzer e Lauerbach (2007), para quem o discurso sobre política traz em si a mescla dos discursos institucionais da política e dos meios de comunicação, estamos concebendo que esse tipo de discurso é variável no que tange a registro, gênero, participantes, meio e modo de difusão. Os objetivos dos textos pertencentes à seara da política são diversos, mas o propósito principal é único: ligar fatos da política à população. Por ser reprodutor de ideologias dominantes, funciona como formador de opiniões. Nesse sentido, o discurso sobre política, para a população, é tão importante quanto o discurso de instituições políticas canônicas.

Devido à multiplicidade de textos que permeiam a esfera política, consideramos que o arcabouço teórico da Linguística Sistêmico-Funcional fornece ferramentas adequadas para o trabalho com a análise dos discursos políticos. Percebemos que a própria essência do discurso político não se limita a apenas um tipo de manifestação, mas cobre uma gama infindável de práticas discursivas (BOCHETT, 2015; CALLEGARO, 2015; FREITAS, 2016). Para que estudemos os textos produzidos

nos contextos políticos, torna-se necessário que nos reportemos a Matthiessen (2015) no que concerne ao conceito de registro, “uma configuração de recursos semânticos que um membro de uma cultura normalmente associa com o tipo de situação” (MATTHIESSEN, 2015, p. 18). Sendo assim, o registro não se limita *a priori* a estruturas léxico-gramaticais típicas, já que o fazer político lança mão de uma extensa gama de textos, tendo sempre em vista a situação à qual o registro é associado. Para Matthiessen (2015, p. 18), o registro é reconhecido como “uma seleção particular de palavras e estruturas” que terão propósitos diferentes de comunicação.

A configuração de registro do discurso político é tipicamente envolto por propósitos retóricos ou, nas palavras de Fairclough (2012), pragmáticos e/ou performativos. Os significados, condicionados a campo, modo e relações, são orientados “para” (FAIRCLOUGH, 2012). Outra vantagem da utilização do conceito de registro de Halliday (1989, 1994) adotado por Matthiessen (2013, 2015) é a variação, característica que permite acompanhar a mutabilidade do discurso político. Para Matthiessen (2015), há registros cujo número de possíveis significados é fixo e finito. Por outro lado, outros são mais maleáveis, e a própria dimensão do discurso é menos restrita.

A partir das referências já citadas e, também, pesquisas de Bochet (2015), Callegaro (2015) e Freitas (2016), podemos afirmar que *discurso político* é a forma que agentes políticos de contextos sociogeográficos particulares movimentam a produção de textos, tanto para a disputa pelo poder quanto para o processo de cooperação, visando ao bem-estar social de uma população, de acordo com normas e leis vigentes do sistema particular do fazer político. Os gêneros do *discurso político* são, portanto, atividades sociais situadas na seara do funcionamento político de uma sociedade, mediadas por textos (produtos socioculturais) que ou são dotados de ação política, para logo se tornarem leis e/ou normas, e/ou que remetem à política, de forma a persuadir seu público. Os gêneros em questão são utilizados por agentes políticos, indivíduos que prestam cargo político reconhecida e legitimamente num contexto sociogeográfico particular. Desta definição, tais gêneros abrangem tanto textos oficiais, como deliberações em locais reconhecidamente reais da ação política (como seções da Câmara e/ou Senado; julgamentos pelo Supremo Tribunal Federal) como em situações nas quais agentes políticos reconhecidos produzem discursos políticos tanto em forma

oral quanto escrita (discursos em visitas oficiais, emissão de opinião através de mídias televisas e/ou virtuais, entre outros).

A fim de podermos realizar uma análise das três esferas do discurso político, propomos o emprego das ferramentas que a Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 1989, 1994; MATTHIESSEN, 2013, 2015) proporciona, especialmente no que se refere ao potencial de produção de significados do contexto de cultura, composto da totalidade de possíveis práticas sociossemióticas que determinada sociedade desenvolve ao longo da tessitura do sua história semântico-discursiva, para apresentar uma rede de sistemas topológicos que abarca os vários registros do discurso político.

Dando continuidade, na próxima seção apresentamos nossa proposta de configuração do discurso político.

3. Uma orientação conceitual para estudos do discurso político

Dadas as características do *discurso político* e sua abrangência enquanto uma maneira particular de articular a linguagem em momentos de disputa pelo poder e/ou cooperação para o bem-estar sociopolítico de uma população pelos seus agentes políticos em situações oficiais (palavra política na forma do fazer político mais pragmático) ou não, Wodak (2008, 2009, 2012) chama de *gêneros* do discurso político os *textos* que são produzidos nas situações acima descritas. Gênero aqui é visto pela perspectiva de Fairclough (1995, p. 14) como uma convenção mais ou menos fixa do uso da linguagem associada a uma atividade social. Nas palavras do analista crítico do discurso, “uma maneira socialmente ratificada de usar a linguagem em conexão com um tipo particular de atividade social”.

Entre o contexto de cultura e a situação imediata de comunicação, Matthiessen (2013) defende que há um subpotencial, formado por situações sociais recorrentes e reconhecidas. Tal fenômeno é exemplificado com a instituição cultural de saúde, que abarca possíveis situações de comunicação no domínio das atividades sociais relacionadas aos contextos de saúde: consultas médicas, tratamentos médicos, alta, diagnósticos, prognósticos, etc.

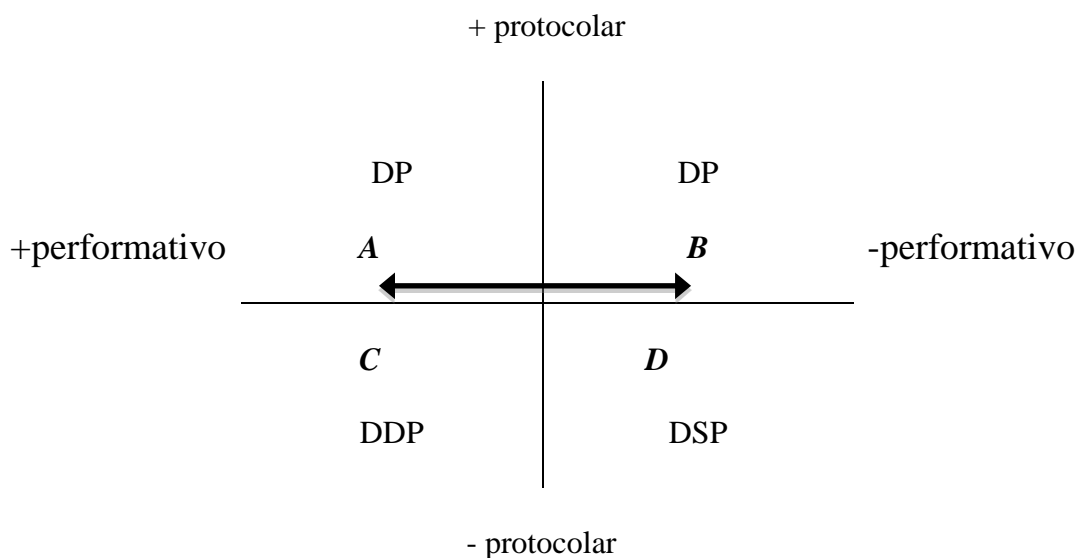
Aplicando-se ao contexto de discurso político, é possível afirmar que a instituição cultural de política, situada entre o contexto de cultura de uma sociedade e as

situações imediatas de comunicação, faz uso de práticas sociosemióticas peculiares. Textos de natureza política são produzidos, veiculados e consumidos dentro de uma determinada sociedade e de acordo com os valores compartilhados. Estão contemplados desde aqueles cujo campo de atividade social se agrupa em torno da promessa, da persuasão, da atração de votos, da formação de opiniões, dos debates políticos partidários, típicos daqueles de circulam na esfera pública, até aqueles que efetivamente modificam a política do estado civil, como discursos oficiais de agentes políticos, decretos, regulamentações que, finalmente, tornam-se normas do âmbito da sanção social, de circulação em esfera institucional. O estudo do registro na perspectiva hallidayana torna-se, então, um auxiliar importante na análise as práticas e dos processos sociosemióticos da área da política.

Nesta perspectiva e para orientar trabalhos futuros, sentimos a necessidade de organizar as práticas discursivas da seara política em uma rede de sistemas que constituem o que denominamos **topologia do discurso político** (Figura 1).

Figura 2 – Topologia do discurso político

Figura 1: Topologia do discurso político



Fonte: Os autores

O primeiro eixo é regido pelo nível de formalidade – ou de protocolaridade - do discurso político em um *continuum* de maior ou menor grau de rigidez e diz respeito aos procedimentos legais do fazer político, a depender das formas de governo e das particularidades de cada sociedade para com seu código moral e normativo. O segundo eixo, também um *continuum*, é regido pelo aspecto de performatividade do discurso político, desde aqueles cujo campo de atividade social se agrupa em torno da promessa, da persuasão, da atração de votos, da formação de opiniões, dos debates políticos intra e interpartidários, típicos daqueles que circulam na esfera pública ou em contextos público-privados, até aqueles que efetivamente modificam a política do estado civil, como discursos oficiais de agentes políticos, decretos, regulamentações que, finalmente, tornam-se normas do âmbito da sanção social, de circulação em esfera institucional.

Formam-se, assim, quatro quadrantes (A, B, C, D), nos quais distribuímos três configurações de discurso: o discurso político (**DP**), o discurso do político (**DDP**) e o discurso sobre política (**DSP**).

Desse modo, o **DP**, localizado no quadrante **A**, caracteriza-se por ser mais protocolar e mais performativo, por estar na esfera institucional, e é composto de registros de discursos políticos produzidos em debates, em seções parlamentares, esferas institucionais do fazer político que efetivamente se transformam em leis e normas a serem seguidas pela sociedade.

Já o quadrante **B**, de baixa performatividade, porém, com alto e médio nível de protocolaridade, é composto de discursos oficiais de agentes políticos, manifestados em promessas de ações políticas que ainda não foram regulamentadas, anúncios oficiais sobre mudanças no fazer político, em níveis municipais, estaduais e federais. Entre o quadrante **A** e o quadrante **B**, adicionamos uma seta de via dupla, para representar os registros de discursos políticos que flutuam entre o seu nível de performatividade. Por exemplo, quando um agente político discursa sobre uma potencial mudança legislativa ou uma mudança referente à cobrança de impostos, este discurso é de alta protocolaridade, por se tratar de momentos oficiais acerca do funcionamento de um governo, porém, de baixa performatividade por não efetivamente modificar leis e normas do Estado.

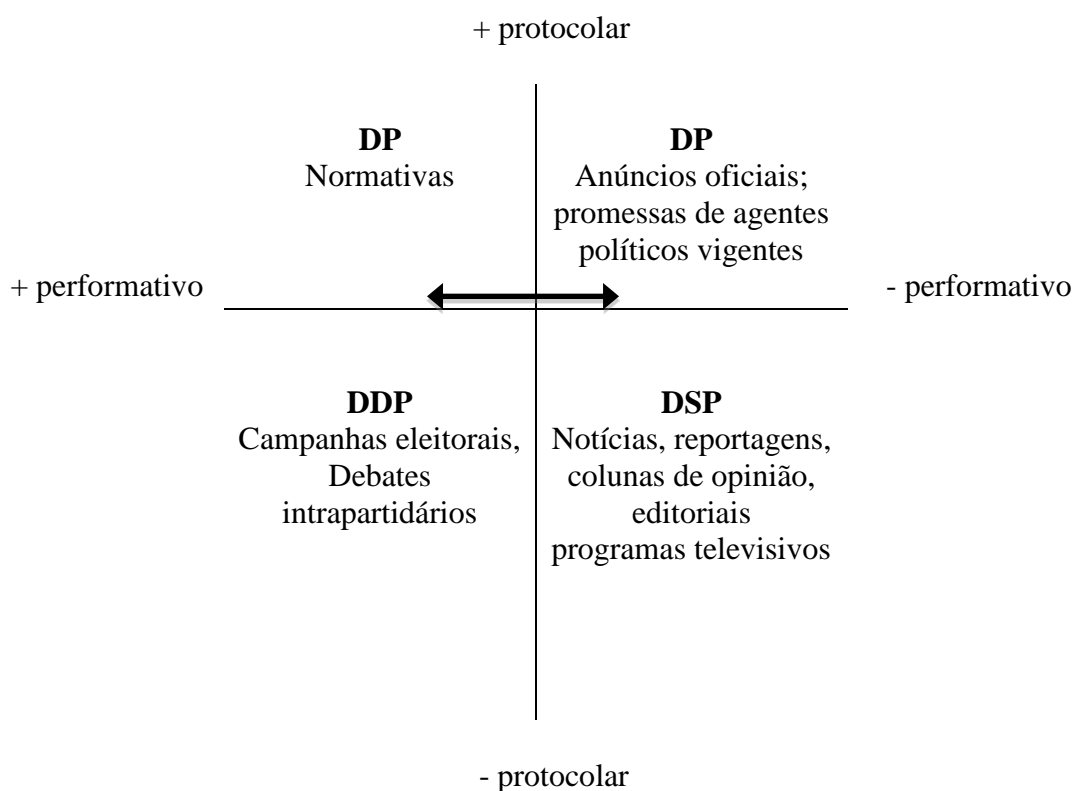
No quadrante **C**, de baixa protocolaridade, porém, produzidos em esferas institucionais e de caráter performativo, encontra-se o **DDP**, realizado em discursos

políticos de debates intrapartidários ou interpartidários, em documentos oficiais de partidos públicos que apresentam propostas de governo e agendas de compromissos sociopolíticos. Nesse quadrante, ocorrem as coligações de partidos públicos, que em primeira instância não possuem caráter protocolar de acordo com regras constitucionais estabelecidas, contudo, ocorrendo em esfera institucional por partidos políticos no poder, o caráter de performatividade é alto, pois, das decisões de aliança em questões sociopolíticas particulares, possuem alto potencial de normatização.

O discurso sobre política (**DSP**), localizado em **D**, goza de maior liberdade nas escolhas linguísticas, já que é menos protocolar e circula na esfera pública, conseqüentemente, de baixa performatividade. Podemos localizar aqui os textos midiáticos sobre política, como notícias, reportagens, colunas de opinião, editoriais, falas de programas televisivos e até conversas informais entre eleitores.

A Figura 2 apresenta, na topologia por nós proposta, a localização de cada um dos registros citados, o que não exclui que outros também sejam contemplados nas fronteiras demarcadas.

Figura 2 – Práticas discursivas localizadas na topologia do discurso político



Fonte: Os autores

Vale ressaltar, no quadrante **D**, o papel do discurso da mídia e sua interdependência com o discurso político, em situação de aliança e desalinhamento com veículos midiáticos, geram consequências que escorrem no próprio fazer político de uma sociedade. Do espaço da esfera pública, o discurso da mídia é capaz de interpelar (e ser interpelado por) o discurso político, formando um complexo de apropriações de lógicas de operação de um para outro: agentes políticos se utilizando de plataformas midiáticas para divulgar promessas e agendas partidárias; o desalinhamento entre mídia e governo que resulta em processos de desfavorecimento de um para outro e vice-versa.

Considerações finais

Neste artigo exploramos algumas concepções de discurso político, tendo em vista as diferentes práticas sociais e discursivas em que o tema política emerge. Uma pesquisa bibliográfica com base em Aristóteles (2002 [1252], 2005 [1354]), Fairclough (1995, 2003), Fairclough e Fairclough (2012), Wodak (2008, 2009, 2012) e Bayley (2008) evidenciou diferenças que, muitas vezes, podem acarretar impasses epistemológicos no tratamento dos textos que permeiam tais esferas discursivas.

Como resultado, estamos propondo que discurso político seja tratado em uma visão tripartida: **discurso político (DP)**, **discurso do político (DDP)** e **discurso sobre política (DSP)**, todos eles relevantes e de certa forma complementares. O primeiro (**DP**) constitui o verdadeiro discurso político, de base aristotélica, cujo objetivo é a felicidade do coletivo, portanto, com visão de futuro; ou é caracterizada pela constante busca por poder e sua manutenção. É empregado por agentes políticos dotados de legitimidade e dotados de poder de ação política. Restrito ao Parlamento, transforma-se em leis e normas que regem a vida em sociedade.

Já o discurso do político (**DDP**) é aquele empregado pelos agentes legitimados quando seus interlocutores são os eleitores da nação. Tem por finalidade persuadir a população acerca de temas que, no Parlamento, defendem com a finalidade de angariar votos para eleições ou obter apoio no fazer político.

Por sua vez, o discurso sobre política (**DSP**) é aquele produzido pelos meios de comunicação, quando tomam por base acontecimentos da vida política. Coadunando com a posição de Bayley (2008), podemos incluir aí também aquele produzido por

esferas menos protocolares da sociedade: em discussões familiares ou sociais, comentários individuais ou mesmo em manifestos por escrito.

Pensamos que a tripartição (**DP**, **DDP** e **DSP**) aqui apresentada possa permitir uma variada gama de estudos acerca dos textos produzidos sobre temas políticos, seja sob a égide da Análise Crítica do Discurso (ACD) e na perspectiva da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF). Documentos oficiais, discursos de Presidentes ou de parlamentares, entrevistas, debates televisivos, conversas em redes sociais, cartas abertas, dentre outros, podem resultar em trabalhos importantes para o desenvolvimento dos estudos linguísticos aplicados.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômano*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000 [1140].

_____. *A política*. São Paulo: Martins Fontes, 2002 [1252].

_____. *Retórica*. 2.ed., revista. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005 [1354].

BAYLEY, P. Analysing Language and Politics, *Mediazione*: Rivista online di studi interdisciplinari su lingue e culture. 2008. Disponível em: <http://www.mediazioni.sitlec.unibo.it/images/stories/PDF_folder/document-pdf/2005/articoli2005/4%20bayley.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2016.

BOCHETT, A. C. *Modalidade em discursos ambientalistas: jogos de máscaras em gêneros que compõem as audiências públicas*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, RS, 2015.

BOURDIEU, P. *The Logic of Practice*. Cambridge: Polity Press, 2009.

CALLEGARO, E. K. *Discurso político de Lula: o papel do marcador político “não” na construção da persona textual*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, RS, 2015.

CHAUÍ, M. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2002.

CHILTON, P. *Analysing Political Discourse: Theory and Practice*. London: Routledge, 2004.

DESOUZA, V. F. de. *Power relations in Padre Cícero's epistolary political discourse: an investigation in the light of systemic-functional grammar and critical discourse analysis*. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-graduação em Letras/Inglês e Literatura Correspondente, SC, 2011.

_____. O lugar do conceito de ideologia na análise do discurso político (ADP): uma proposta à luz da análise crítica do discurso (ACD). *Letras*, Santa Maria, n. 50, jun. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/20219/pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2017.

FAIRCLOUGH, N. *Critical discourse analysis: the critical study of language*. New York: Longman, 1995.

_____. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: British Library, 2003.

FAIRCLOUGH, I; FAIRCLOUGH, N. *Political Discourse Analysis: a method for advanced students*. Nova York: Routledge, 2012.

FAIRCLOUGH, N; WODAK R. Critical discourse analysis. In: VAN DIJK T. *Discourse as Social Interaction*. London: Sage, 1997.

FETZER, A; LAUERBACH, G. E. *Political discourse in the media: cross-cultural perspectives*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2007.

FREITAS, J. C. *Teocracia em Tempos de Democracia*. In: JORNADA ACADÊMICA INTEGRADA, 31, 2016, Santa Maria. Anais... Santa Maria: UFSM, 2016. Disponível em: <<https://portal.ufsm.br/jai/anais/trabalho.html?action=anais>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

GRAMSCI, A. *Selections from the Political Writings*. London: Lawrence & Wishart, 1978 [1921–26].

HALLIDAY, M. A. K. Part. I. In: HALLIDAY, M. A. K; HASAN, R. *Language, context and text: aspects of language in a social semiotic perspective*. Oxford: Oxford University Press, 1989.

_____. *An introduction to functional grammar*. New York: Arnold, 1994.

HALLIDAY, M; MATTHIESSEN, C. *An introduction to functional grammar*. 3rd. ed. London: Hodder Education, 2004.

_____. *An introduction to functional grammar*. 4th. ed. London: Routledge, 2014.

JANKS, H. Critical Discourse Analysis as a Research Tool. *Discourses: Studies in the Cultural Politics of Education*. Reino Unido, v. 3, n.3, p. 329-342, 1997.

MACHIAVELLI, N. *The Prince*. New York: Simon & Schuster, 2004 [1532].

MARTIN, J.; WHITE, P. *The language of evaluation: appraisal in English*. New York: Palgrave, 2005.

MATTHIESSEN, C. M. I, M. Applying systemic functional linguistics in healthcare contexts. *Text & Talk*. Hong Kong, v. 33, n 4-5, p. 437-467, 2013.

_____. Modeling context and register: the long-term project of registerial cartography. *Letras*, Santa Maria, n. 50, jun. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/20205/pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2017.

NUNES, G. G. *O Estadão e a Presidente: o editorial como estratégia de avaliação*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, RS, 2014.

RODRIGUES, D. L. *A política sob o julgamento de Eliane Cantanhêde: uma investigação da assinatura valorativa*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, RS, 2013.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e Cultura Moderna*. Petrópolis: Vozes, 1998.

WEISCHENBERG, S. *Journalistik: Theorie und Praxis aktueller Medienkommunikation*. Opladen: WDV, 1995.

WODAK, R. Introduction: Discourse Studies – Important Concepts and Terms. In WODAK, R.; KRZYZANNOWSKI, M. *Qualitative Discourse Analysis in the Social Sciences*. London: Palgrave, 2008.

_____. *The Discourse of Politics in Action: Politics as Usual*. London: Palgrave, 2009.

_____. Politics as Usual: Investigating political discourse in action. In GEE, J. P.; HANDFORD, M. *The Routledge Handbook of Discourse Analysis*. New York: Routledge, 2012.